



**DIMENSÕES NACIONAIS E TRANSNACIONAIS NA ESCRITA DO
INTELECTUAL NEGRO GOIANO JOSÉ DO PATROCÍNIO MARQUES
TOCANTINS (1844-1889)**

Ana Paula Oliveira Lima

Mestranda em História

Universidade de Brasília (UnB)

E-mail: anapaulaoliveira2103@gmail.com

RESUMO: Este estudo discute algumas ideias e ações pautadas pelo intelectual negro goiano José do Patrocínio Marques Tocantins (1844-1889). Jornalista, abolicionista, professor, literato, maestro e mineralogista, sua trajetória se concentra por décadas na imprensa, chegando ele a fundar o jornal *O Publicador Goyano* (1885-1889). O “órgão de manifestação”, como classificou José Marques, surgia em um contexto de franco decréscimo escravista e trazia diversos embates envolvendo questões sociais. Ao surgir no cenário goiano com vistas a disputar o debate sobre abolição do “elemento servil”, a folha considerava igualmente relevante abordar aspectos como desenvolvimento industrial e agrícola, ampliação do acesso à educação, soberania popular, imigração e colonização. Com uma série de críticas a jornais político-partidários, *O Publicador Goyano* não deixou de tomar posição. Enquanto sofria diversos ataques motivados mais por sua ascendência racial do que por suas iniciativas, José Marques, enquanto redator, afirmava a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem outra diferença que não a pautada pelos talentos e virtudes de cada um, e fundava uma sociedade abolicionista enquanto colaborava com outras associações de mesmo objetivo. Além disso, ele organizava e participava de saraus e festividades para a concessão da liberdade. Não era incomum encontrar também naquelas páginas denúncias sobre dolo na aplicação das leis que favoreciam libertandos e libertos, defesa dessas mesmas legislações, atuação em rede no encaminhamento de processos de alforria e denúncias de reescravização. Como se abria o debate ao trabalho livre, editoriais acentuaram a importância do desenvolvimento intelectual e moral da classe operária, assim como o direito à greve para alcançar cada reivindicação básica. A ênfase argumentativa em torno da imigração europeia viria



acompanhada de ponderações sobre o caráter nocivo do projeto em vários termos, incluindo o fortalecimento do pensamento supremacista racial. Acerca dos fundamentos teórico-metodológicos, esta pesquisa abrange uma perspectiva de história transnacional em diálogo com as contribuições da história social da escravidão e da liberdade para desvendar os enfrentamentos operados, indivíduos e redes construindo estratégias de humanização da gente negra na segunda metade do século XIX.

Introdução

Depois de muito pensar e conduzir toda sorte de estratégias para o fim, dois homens decidem montar uma tipografia em pleno centro cultural da cidade de Goiás. Na empreitada daquele fevereiro de 1885, se aventuravam Pacifico Eusébio Marques Aranha e José do Patrocínio Marques Tocantins (1844-1889). Do primeiro, poucos dados são conhecidos, embora se saiba que ele, além de tipógrafo, era negociante e sobrinho de José Marques. Quanto a esse, cenas de sua trajetória são um pouco mais acessadas. Nome corrente nos círculos intelectuais do período, foi ele tipógrafo, jornalista, abolicionista, mineralogista, literato, maestro e professor. Com destacada atuação na imprensa, o contato inicial de José Marques com esse meio se inicia ainda na infância, quando ele tinha por volta de nove anos de idade.

Ao estreitar laços com coronéis e oligarcas de então – vinculados, sobretudo, à oligarquia Bulhões –, José Marques mantém-se na arena de debate, transformando a imprensa, a exemplo do que fizeram diversos abolicionistas negros no oitocentos, em uma das maiores aliadas na luta abolicionista e no enfrentamento ao desafio de tornar realidade a cidadania plena para pessoas negras. A *Tipografia Perseverança*, fruto da sociedade entre os Marques, daria origem ao jornal *O Publicador Goyano*. Autointitulada “órgão dos interesses do povo”, a folha nascia em 23 de fevereiro de 1885 prometendo discutir “a magna questão do elemento servil” e “as suas graves relações sociais, econômicas e políticas” (O PUBLICADOR GOYANO, 1885, ed. 1, p. 1). Já no primeiro número se podia ler o seguinte:



A faculdade de pensar e manifestar os seus pensamentos – a todos pertence. [...] É necessário cada um ensaiar e exercitar suas forças para sobressair, não deixando esterilizar uma aspiração natural de maravilhosos efeitos. E a essa mocidade inteligente e estudiosa, a quem pertence o futuro e assiste a passagem da geração presente, nunca será demais recordar a igualdade de todos os cidadãos perante a Lei, sem outra diferença que não seja a de – seus talentos e virtudes (O PUBLICADOR GOYANO, 1885, ed. 1, p. 1).

O fragmento, remetendo aos direitos fundamentais do cidadão segundo a teorização moderna — liberdade, igualdade, fraternidade e propriedade —, também retoma os dizeres do artigo 179 da Constituição de 1824. Importa considerar como a retórica dos talentos e virtudes como únicos diferenciadores possíveis entre os cidadãos esteve no cerne da imprensa negra desde pelo menos 1833. Como observa Ana Flávia Pinto (2006), *O Homem de Côr*, primeiro pasquim negro brasileiro, de 1833, já insurgia o debate sobre as condições para uma efetiva realização da cidadania brasileira, incluindo os “homens de côr”, em meio à retomada da ideia de democracia consolidada na modernidade. Se no texto não há referência direta às mulheres, muito menos às mulheres negras como cidadãs, – e elas também pouco ou sequer aparecerão nas escritas de historiadoras e historiadores em relação ao período –, vale destacar que conhecer a trajetória de um sujeito negro letrado no Brasil central ilumina os contornos das lutas por liberdade e questiona sobremaneira a noção de passividade da comunidade negra frente aos dilemas políticos e sociais de seu tempo.

Um pensador negro de “tão alto grau e talentos”

Às quatro horas da tarde do dia 8 de agosto de 1889, um cortejo fúnebre deixava a cidade um tanto mais triste. O caixão ia suspenso por figuras importantes no cenário político goiano e imperial e todos eles, apesar das divergências, eram abolicionistas. José Leopoldo de Bulhões¹ e Jacome Baggi seguravam a parte inferior, e José Joaquim Cintra, Chiappini Giuseppe e o dr. Elísio Firmo Martins, que acabava de deixar a presidência da província, apoiavam a cabeça. Bandas de música iam em seguida. Na chegada ao local

¹ Jornalista, abolicionista, advogado e deputado por Goiás na Câmara Federal nos anos de 1881 e 1885. Um dos proprietários do jornal *Goyaz: Órgão do Partido Liberal* (posteriormente renomeado *Goyaz: Órgão Democrata*).



indicado, sobre o pranteado, falecido na noite anterior, alguém teria discursado: “Pugnou com todas suas forças pela abolição da escravidão” o homem “que no meio de uma sociedade cheia de prejuízos elevou-se a tão alto grau” por seus talentos (O PUBLICADOR GOYANO, 1889, ed. 233, p. 2). Com apenas 44 anos, José Marques viera a óbito por ocasião do diabetes. E embora fosse ele lembrado especialmente por seu empenho abolicionista, outras projeções impulsionaram suas ações nos espaços sociais em que ele circulava.



Imagem 1: José do Patrocínio Marques Tocantins

Fonte: Acervo da Biblioteca Frei Simão Dorvi

Nascido a 12 de outubro de 1844 em Goiás, José Marques era filho de Anna do Espírito Santo Marques e Francisco Marques Aranha. Segundo Ismael Silvério (2012), o pai havia acabado de conquistar a própria alforria quando falece por complicações do



diabetes, deixando o filho com apenas alguns meses de vida e aos cuidados da mãe. Diz-se que eram pais pobres e sem distinção, o que traz um questionamento quanto a uma determinação fundamental naquele período: se o filho era livre ou liberto. As fontes sinalizam um lugar de homem livre, mas não se pode descartar a última ocorrência, posto que libertos de pia batismal não eram tão incomuns. De toda forma, é importante entender que as fronteiras entre os dois lugares eram borradas.

Com apenas nove anos, o pequeno já estava inserido em uma oficina tipográfica prestando seus primeiros serviços. As experiências dessa fase são lacunares, não se sabe ao certo como ele aprendeu a ler e escrever. Possivelmente, a apreensão inicial desses códigos tenha se dado no dia a dia da própria oficina. Posteriormente, segundo Ismael Silvério (2012), José Marques se encaminharia ao Rio de Janeiro para cursar Mineralogia, tendo então 22 anos. Segundo Maria Augusta Rodrigues (1982), também por lá ele estudou no Instituto de Música do Rio de Janeiro. E antes mesmo de se dirigir à Corte, com 20 anos, já fundava em Goiás a *Banda de Música da Guarda Nacional* (1864). Depois dessa, veio a *Orquestra Filarmônica* (1870), vinculada à *Sociedade Filarmônica de Goiás*, instituição que foi dirigida por José Marques.

O contato com a imprensa não foi deixado de lado durante os anos no Instituto de Música. Na mesma ocasião, ele trabalhou no *Jornal do Commercio* e no *Diario do Rio*, conhecidos por abrigarem articulistas negros de renome, como José Ferreira de Menezes e Machado de Assis, Luiz Gama e Castro Alves, respectivamente. Os conhecimentos acessados naquele momento seriam importantes para desenvolver uma expertise, colocada em prática ao longo dos anos posteriores na execução de diversas atividades nas redações do *Correio Oficial de Goyaz*, folha oficial do governo, e *A Tribuna Livre e Goyaz*, ambas vinculadas ao partido liberal e seus dirigentes na capital, os Bulhões. Conhecidos desde a infância, José Marques tinha em Antônio Augusto de Bulhões um “dedicado amigo”, como confessou em discurso quando da morte prematura do deputado (A TRIBUNA LIVRE, 1879, ed. 60, p. 1). Seus caminhos também se encontram aos de Félix de Bulhões, irmão daquele, quando José Marques acaba sendo o primeiro e mais longo companheiro de imprensa do chefe do *Club Liberal de Goyaz*. A parceria pareceu ter dado certo e ir longe, pois ambos formam uma sociedade para garantir a permanência de *A Tribuna Livre*, sendo José Marques um dos sócios do empreendimento.



Os laços se estreitam um pouco mais quando ocorre o casamento com uma prima de Félix de Bulhões, Anna Francisca Xavier de Barros Jardim, professora, poeta, cantora, instrumentista e jornalista. Conforme o assento de casamento, acessado por Aparecida Larindo (2017), José Marques e Anna Francisca firmam o compromisso em 9 de fevereiro de 1886. Eles haviam se aproximado mais quando Anna Francisca fora aluna da turma de primeiras letras regida pelo então professor. Era a moça neta de José Rodrigues Jardim, um dos primeiros governadores de Goiás. A cerimônia, seguindo os cânones romanos, ocorreu na capela do Seminário Episcopal de Goiás pela manhã e foi realizada por dom Claudio José Ponce de Leão, bispo diocesano. Lá estava também o cônego José Iria Xavier Serradourada assistindo ao matrimônio e dando validade ao documento para a cúria diocesana. Tinha a noiva 29 anos e o noivo, 42. O enlace de uma mulher branca a um homem negro muito possivelmente não tenha agradado a todos, mas dele nasceram Mário, Débora, Inácio, César e Aurora. Conforme descreve Célia Britto (1974), estava Anna Francisca Tocantins grávida de Aurora quando o marido faleceu. Três meses depois daquele sepultamento, nascia a menina de nome iluminado. Antes do trágico acontecimento, Anna Francisca se via como a principal responsável pela paginação d'*O Publicador Goyano*, fazendo ainda, vez ou outra, a redação de algum texto e a gerência do espaço.

Abolicionismos negros: encontros e solidariedades

Quem abraze as páginas d'*O Publicador Goyano* na década das agitações antiescravistas pelo Império se depararia com diversos assuntos, sendo o principal deles a abolição da escravidão. Só que, no entender do editor, José Marques, além da abolição, era preciso discutir, *pari passu*, assuntos como trabalho livre, melhoramento industrial, desenvolvimento agrícola, desenvolvimento moral e material da classe operária, soberania popular e mesmo a imigração europeia. Assim, como expõe Ana Paula Lima (2019), uma das ações frequentemente adotadas pela folha era confrontar senhores na denúncia de infrações ao ordenamento jurídico que definia o funcionamento da escravidão. Eram expostos maus tratos e escravizações ilegais, além de serem legitimadas



as fugas, já que, como entendia o direito natural, apropriado pelo movimento abolicionista, a liberdade era incontestável.

A atuação na defesa de pessoas escravizadas expunha um processo em rede. Um dos casos mais expressivos de que se tem notícia n' *O Publicador Goyano* aponta abolicionistas acolhendo libertandos em fuga, a imprensa fazendo a comunidade saber o passo a passo do ocorrido e as faltas do processo, e, por fim, um advogado percorrendo os trâmites legais para legitimar o recurso nas instâncias judiciais². A sátira e a ironia foram ingredientes empregados para desqualificar pretensas práticas abolicionistas “para inglês ver” apregoadas nos jornais liberais ditos abolicionistas, especialmente o *Goyaz*. Um artigo sentenciava: “É princípio abraçado por todos os abolicionistas: A instituição escrava é contra lei, direito e moral” (O PUBLICADOR GOYANO, 1886, ed. 96, p. 3). É nesse contexto também que a contínua perda de poderio econômico das elites agropecuárias goianas contribuía, parcialmente, para as libertações particulares, encobertas sob a ideia de humanitarismo e civilização, como frisa Maria Augusta Moraes (1974).

Os festivais abolicionistas e eventos culturais da cidade eram divulgados pela imprensa e revelam a dinamicidade característica da capital. Participavam dos festivais republicanos, liberais e conservadores. Numa dessas ocasiões, em 1º de janeiro de 1885, na cerimônia de instalação do *Centro Libertador da Maçonaria Vilaboense*, no *Teatro São Joaquim*, o hino abolicionista surgia pela primeira vez. De autoria de Félix de Bulhões e para o qual José Marques compôs a melodia, a terceira estrofe exprimia: “Lava, escravo dessa fronte/ O selo da escravidão/ Já desponta no horizonte/ A aurora da redenção”³. Agregavam às sociedades abolicionistas estratos como militares, maçons, estudantes, mulheres, clérigos, artistas, magistrados, professores e libertos, embora o alcance sobre as agências dos últimos nas sociedades abolicionistas goianas seja ainda bem restrito.

Na cerimônia de inauguração da *Sociedade Abolicionista dos Cadetes e Inferiores da Guarnição de Goyaz*, em 1887, José Marques esteve presente e, antes de assinar seu nome na ata, fez a última exposição da noite. A recordação à virtude como dom dado por

² Para conferir os detalhes do caso, ver Ana Paula O. Lima (2019, pp. 30-34).

³ Barbosa Nunes, Loja Maçônica Azilo da Razão 0167. Disponível em <https://www.masonic.com.br/lojas/0167.html> Acesso em maio de 2023.



Deus às almas grandes insinuava que a retórica teria um ar religioso. Importava não o que o ser humano era, mas no que poderia se tornar. Todos poderiam beneficiar a sociedade, pois partilhavam os mesmos sentimentos e inteligência. Dizia ele: “A virtude é um dote divino que nos engrandece realmente entre os nossos semelhantes, um presente de Deus que encontramos em todas as classes da sociedade – desde o indígena ignorante que habita as selvas até o homem social das cortes civilizadas” (O PUBLICADOR GOYANO, 1887, ed. 107, p. 1).

O bem à sociedade fariam aqueles que se preparavam para serem generais por seu “coração magnânimo”. O redator do “órgão dos interesses do povo” incitava os mancebos, “esperança futura de uma classe”, a destinarem uma pequena parte dos seus soldos para a libertação dos cativos, “agrilhoados pelo direito brutal da força – que elevou uma tirania à altura de instituição legal” (O PUBLICADOR GOYANO, 1887, ed. 107, p. 1). Os escravizados, vertendo lágrimas do açoite, esperavam com ânsia o auxílio dos irmãos militares, “em nome do direito que iguala a humanidade e em nome do CRISTO!” (O PUBLICADOR GOYANO, 1887, ed. 107, p. 1, *grifo da fonte*). Livres ou não, a estratégia era reafirmar a semelhança e humanidade de todos com base nas escrituras e exemplo cristãos. A sacada vinha de pouco antes. A seção *Folhetim* de *O Publicador Goyano* trazia com alguma constância artigos convidando à reflexão sobre sermões religiosos, o papel da Igreja na sociedade e sua relação com o Estado. Não restavam dúvidas da centralidade da crença cristã e o lema “Deus e Liberdade” foi apropriado como inspiração de parte dos abolicionistas.

Os ventos se mostrando favoráveis à *Sociedade Abolicionista Servos de Christo*, ela surge em pleno fim de março de 1887. Atento aos métodos empregados para concorrer com mais gente à causa libertadora, José Marques funda a associação admitindo contribuintes de qualquer classe social. A bem da verdade, seria difícil manter a empreitada se não fosse arrancando algum vintém dos senhores. Como analisa Ana Paula Lima (2019), a disposição foi bem aceita e até virou pauta no carioca *Diário de Notícias*, que trouxe pormenores da iniciativa e um reconhecimento: José Marques tinha uma tendência abolicionista e um posicionamento político pioneiros na sociedade goiana.

Em algumas associações, como a *Sociedade Abolicionista Preparatoriana*, a participação de mulheres era mais efetiva, embora ficasse restrito a elas as doações e a



preparação das quermesses, mesmo os salões compondo o espaço público e sugerindo algum avanço na perspectiva de integração do sexo feminino. Quando as sociedades abolicionistas em Goiás se reúnem, no fim de abril de 1887, para formar a *Confederação Abolicionista Félix de Bulhões*, estava em voga um plano de libertação rua a rua abrangendo toda a capital em que uma ou duas sociedades era(m) responsável(is) por conceder as alforrias restantes.

É mantendo o compromisso como professor, tanto do *Liceu* quanto do *Externato Goiano*, que José Marques assumia a direção da *Filarmônica*. Nos concertos da *Confederação Abolicionista*, no palco do teatro por onde artistas representavam seus papéis e peças, eis que a banda surgia sob longos aplausos. Suas alunas, compondo um grupo à parte, eram nomes distintos na sociedade goiana. A referência às mulheres como o “belo sexo” pela imprensa não inibia a comparação masculinista entre a performance musical delas e a dos homens. Ainda assim, aprendizes “dedicadas” e “bondosas” que eram, se sobressaiam nas interpretações as mais diversas. As óperas que aprendiam também eram as favoritas do professor. Verdi e Carlos Gomes, sem sombra de dúvida, compunham os repertórios que José Marques dirigia ou participava.

Enquanto isso, a casa do maestro e de Anna Francisca Tocantins se convertia em um dos principais locais de influência cultural da cidade, congregando, além de uma ampla gama de músicos e músicas, figuras como o escultor e artista Veiga Valle (1806-1874), que morava próximo ao casal. Em suas linhas, continuava *O Publicador Goyano* fortalecendo os debates sobre a legitimidade do abolicionismo cristão, a necessidade da imigração, do trabalho livre e da instrução, fora os adendos sobre tramas políticas e notícias do dia a dia.

Projeções de um futuro de viva liberdade

Os editoriais de *O Publicador Goyano*, muitas vezes com foco no desenvolvimento industrial, da navegação, da viação e das estradas, abordaram a colonização como medida fundamental. Um artigo de março de 1885 assinalava que as importações só aconteciam porque o país nada produzia “para a permuta e nem mesmo para prover inteiramente as nossas próprias necessidades” (O PUBLICADOR GOYANO,



1885, ed. 2, p. 1). Apesar dos poucos industriais, isto é, os que travavam uma verdadeira batalha para fazerem engrenar suas oficinas ou fábricas, José Marques sugeria o caminho como possibilidade de ascensão social e “adiantamento de um povo”. Ele listava as empreitadas daquele momento como sinônimo de utilidade da “classe industriosa”, sempre preterida em relação aos ofícios militares e empregos públicos.

Para o jornalista, merecia reprimenda quem julgasse (e os julgadores eram os “chefes de família”) um “aviltamento sem limite, a sua família ou algum de seus filhos, a necessidade de empunhar a enxada ou o martelo para ganhar a vida” (O PUBLICADOR GOYANO, 1885, ed. 2, p. 1). Se esses trabalhos podiam até ser bem rendosos, como reflete José Marques, e eles mal eram cogitados, penso não restarem dúvidas quanto ao porquê da desqualificação desses trabalhos, que, em tempos de escravidão, sugeriam mais do que preconceito de classe, posto que eram muitas vezes nesses postos que libertos viam a chance de sobreviver. A defesa era a de que qualquer espaço que se criasse por si ou em sociedade potencializaria a autonomia e a liberdade de existir sem tantas amarras e com medo da bancarrota. Por tais razões *O Publicador Goyano* foi fundado e, quase dois anos depois, a fábrica de papel de José Marques, fruto de uma parceria com o engenheiro franco-italiano Roberto Boussu. Nessa época, já bem servido de relações transnacionais, o projeto se efetivou em uma antiga fábrica de ferro localizada em Areias, e o próprio Boussu se encarregara de ir até a Corte providenciar o material necessário.

Cabe destacar que aquela era uma tentativa de inserção do território goiano na rota de expansão imperial. A valorização da província por suas culturas, como a baunilha, a uva e o café, era o plano. E mesmo o lugar de destaque por seus minérios, como o ouro, não era ideia deixada no século anterior. A estratégia consistia em reforçar, como atrativos, a diversidade do clima e a facilidade no cultivo de qualquer gênero, além de dar como certo o desenvolvimento econômico e social da região, isto é, sob condições adequadas para tanto. As promessas poderiam até gerar entusiasmo em quem soubesse da notícia, mas o fato é que, como avaliava José Marques, a concretização esbarrava em velhos problemas. Em terra governada por “mandões”, quem tinha mais chances de ascensão social eram os “dinheirosos”, ou simplesmente aqueles que aparentavam ter riqueza. Em torno deles se reuniam os “aduladores” ou “mandados”, desejosos de vida fácil e pouco trabalho, numa disputa de quem detinha mais poder e o benefício das leis às



custas do interesse público. Sem recorrer a nomes por não julgar necessário, o editor se limitava a exclamar, por meio de uma metáfora entre cão e caçador, que “preferimos o tiro do caçador à acuação da matilha” (O PUBLICADOR GOYANO, 1885, ed. 26, p. 1, *grifos da fonte*).

Em meio aos limites representados pelos gabinetes ministeriais, *O Publicador Goyano* enfatizava a responsabilidade dos partidos em ser a “grande máquina social que fabrica a felicidade ou infelicidade de uma nação inteira” (O PUBLICADOR GOYANO, 1885, ed. 27, p. 1). Separavam-se os políticos em três categorias: sábios, ricos e aventureiros, sendo que todos eles

aspiram, como retribuição aos seus trabalhos, as primeiras posições sociais, para si e para os membros de suas famílias, e é daí que nasce o excessivo desejo de predomínio, – a oligarquia –, que os desnorteia inteiramente de sua bela missão.

Os aventureiros, são espertos ambiciosos, sem ilustração, que querem começar pelo lado oposto dos outros, isto é: procuram galgar as boas posições para com elas obterem o dinheiro ou um meio de vida.

Nesta classe estão incluídos os *dedicadíssimos caudatários* que fazem parte da *malta do mandão*, que são tão nocivos à sociedade, quanto ineptos e preguiçosos.

Pelejam os políticos com as armas de que podem dispor; o favorecido de Minerva, tem a espada de cavaleiro; o ricasso, tem o ouro que como o bacamarte, fere de longe; e o aventureiro, usa o punhal da intriga (O PUBLICADOR GOYANO, 1885, ed. 27, p. 1, *grifos da fonte*).

A estrutura política, formada por muitos barões e oligarcas, indefinidamente se resumiria aos objetivos deles enquanto o povo não passasse a cobrar e saber, pela força tremenda que tinha, “o que nos dão em troca do nosso voto” (O PUBLICADOR GOYANO, 1885, ed. 27, p. 1). Aliás, um exemplo de reivindicação de direitos políticos ofereceu o próprio José Marques. Como elenca Ana Paula Lima (2019), ele, depois de muito contestar, conseguiu o título de leitor pela paróquia, mas, se candidatando a vereador, não consegue ser eleito devido a uma fraude. O ocorrido vai parar até nas páginas de jornais da Corte e o abolicionista assume a pena argumentando sobre a justiça de sua candidatura.

Tempos depois, uma outra questão acirrava os ânimos. Era julho de 1887 e tudo levava a crer que a abolição não tardaria, e, com isso, a imigração era tema que não mais saía de cena. Em torno do estabelecimento dos colonos e imigrantes no Brasil, um



editorial d' *O Publicador Goyano* não narraria as grandezas da imigração, mas um cenário bem menos amigável:

Nos últimos tempos, tem-se estabelecido uma grande corrente imigratória para o Brasil. O governo ultimamente tem tratado desse problema, mas sem estudo algum, sem prever o futuro, sem estabelecer as condições necessárias para que essa imigração seja-nos útil.

[Um] país que fornece grande número de imigrantes para o Brasil é a Alemanha.

O sul do império está quase uma terra alemã, e essa acumulação duma raça pretensiosa e orgulhosa, num ponto do Império, faz-nos tremer do nosso futuro.

Ninguém ignora a inimizade que vota a raça saxônia à latina, e a alemã com especialidade.

Quem sabe, se a parte sul do Império, constituindo-se como está, não se tornará em uma nova Alemanha, apartando-se do norte, que descuida-se?

Tudo no-lo faz crer.

Há cidades na província do Rio Grande do Sul, onde falam quase que exclusivamente o alemão.

Contudo, os alemães são dos melhores colonos.

Mas ao governo cumpre estudar e resolver todas essas questões, para evitar no futuro uma fração do país, que será tão grande como unido, mas insignificante quanto fraturado em republiquetas e ducados &... (O PUBLICADOR GOYANO, 1887, ed. 127, p. 1).

Por certo, o sentimento não era infundado, por mais que a posição do redator viesse carregada da noção de patriotismo para se referir à preservação da unidade nacional, fosse pelo idioma ou pelo território. De fato, pelo que discute o historiador Luiz Mateus Ferreira (2022), os alemães foram tidos pelas autoridades brasileiras como os colonos ideais entre todos pela suposição baseada na ideia de inteligência das raças. Sob esse pressuposto, eram eles sujeitos inatos ao trabalho na agricultura, nos ofícios e artes pelo espírito prático e de proteção à família, velando pela sobriedade e obediência à autoridade. Por tudo isso, os mais indicados para fazerem as colônias prosperarem.

A concentração no sul e o alijamento do norte significava que parte importante do Brasil não sairia beneficiada com a expansão agrícola se o ministério não revisse urgentemente aquilo. E é importante observar que, se José Marques aponta um clima propício para mais conflitos de origem racial, segundo Luiz Mateus Ferreira (2022), três décadas antes, em 1857, na assembleia provincial do Rio de Janeiro, foi rejeitado sem sequer ser debatido um projeto para a entrada de africanos sob comentários do *Jornal do*



Commercio de que a tática, além de ir contra os interesses nacionais, simbolizava um perigo imenso. Contudo, o fim da colonização ou a separação racial não eram vistos como um caminho. O redator continuava:

Nós precisamos dos estrangeiros, para o desenvolvimento do país e aperfeiçoamento das raças, que naturalmente se fundirão em uma raça robusta, produto do cruzamento delas.

É, porém, preciso, para isso de bom governo, por consequência de homens capazes; tenhamos patriotismo: quem não for capaz abstenha-se de tomar parte na administração do país e trate de outra vida (O PUBLICADOR GOYANO, 1887, ed. 127, p. 1).

Sem escapar de todo à reprodução do imaginário social de aperfeiçoamento das raças, José Marques concluía com um “a porta da rua é a serventia da casa”, em termos mais polidos, àqueles que se recusavam a administrar as reformas do jeito certo. Longe de ser um debate confinado ao século XX, às províncias do sul ou ao eixo Rio-São Paulo, um pensador negro goiano se via motivado, no fim da década da abolição, a lançar-se ao debate sobre imigração numa das províncias que menos recebia imigrantes, pois segundo Júlia Magalinski (1987), em 1872 apenas cerca de 140 deles aportaram em solo goiano. E mesmo com todas as contradições envolvendo a retórica do desenvolvimento da província de Goiás, é certo que a tentativa de atrair imigrantes foi feita com base em escolhas conscientes.

Evidenciar mais os aspectos industriais potenciais do solo goiano, para desvencilhá-lo da visão geral de “atraso” que o perseguia, construindo boas impressões pelo Brasil e no exterior, foi uma possibilidade aventada por José Marques enquanto ele pensava não só os caminhos da abolição como os do pós-abolição. Ou seja, é na chave da liberdade que ele enfrenta a equação colocada naquele momento envolvendo uma sociedade que ainda tinha na legislação oficial a escravidão como norma, mas muitas pessoas libertas do regime inseridas precariamente no trabalho livre.

A argumentação que traz José Marques na imprensa define um posicionamento contrário à corrente política imigrantista, cujos principais defensores eram os fazendeiros de café. Esses desejavam que os imigrantes fossem para a grande lavoura controlada por eles enquanto o outro lado, ajuntando políticos e intelectuais como José Marques, recorria a D. Pedro II a fim de deliberar sobre “a criação de colônias de pequenos proprietários”



(Ferreira, 2022, p. 158). Além do mais, a opinião sobre embates raciais próximos e graves com alemães não figuraram, por óbvio, no horizonte de expectativa de muitos dos políticos e intelectuais brancos da elite. Para alcançar alguma liberdade de fato, o trabalho era, junto à educação, um dos veículos mais importantes.

Nessa trilha, uma determinação dada como improrrogável, como a imigração, poderia trazer, além do crescimento econômico reclamado, a participação social pelo impulso da educação, pois os europeus trariam e ajudariam a disseminar muitos dos conhecimentos técnicos, industriais e educativos. José Marques não foi o único a reivindicar mais participação política do povo, e, com isso, sua própria participação. Esse plano foi levado a sério como defesa e exemplo na trajetória de vida de muitos abolicionistas e intelectuais negros no pós-abolição. Aí também havia entendimento e prática de que a política não era exclusiva à “marcha do Estado e suas possibilidades adstritas” como defendeu Felipe Souza (2018), mas existia diante de um quadro em que cada mínimo ganho justificava a busca pelo pleno exercício da cidadania.

Considerações finais

Expandir os ângulos de abordagem é um recurso aproveitável, segundo a micro-história, para romper com formas de narrativa tradicionais. Segundo Thomas Holt (1995), não basta apenas eleger como objeto de análise os atos executados na cotidianidade pelo estrato dos trabalhadores, mas compreender que, envolvendo questões de representação, autoconsciência e identidade, as ações do cotidiano são como pequenos elos da ampla cadeia histórica que envolve evento, estrutura e transformações na escravidão e no regime de tráfico que lhe é característico. Assim, as lutas protagonizadas pela gente negra foram decisivas nos rumos da sociedade imperial, seu regime escravista e nas próprias disputas sobre os rumos da nação. Nos enfrentamentos operados, é possível apreender uma agência crucial que nada tem a ver com vitimização ou cruzar de braços; nas escolhas dos abolicionistas negros, havia estreita relação com suas trajetórias e experiências vividas. Não cabe arrazoar que seus leques de escolha eram tão largos assim: ora combatiam aristocratas e oligarcas, ora precisavam construir espaços associativos e manter relações de solidariedade com esses mesmos indivíduos.



Detentor de um dos mais expressivos jornais da causa abolicionista, *O Publicador Goyano*, José Marques Tocantins defendeu a abolição sem indenização da classe proprietária, a educação sem distinção de cor ou classe, a legitimidade da participação eleitoral, a libertação de pessoas escravizadas utilizando os instrumentos da lei e a perspectiva associativa como caminho para alcançar todos esses objetivos. Garantir instrução para o trabalho, para o proceder social e político, era medida de justiça. Aliás, essa lição poderia ser igualmente aplicada quando o assunto era a exigência dos direitos. Por vezes o que se tinha eram perdas e ganhos em cidadania, como evidencia Ana Flávia Pinto (2014). Certamente, os abolicionistas negros do oitocentos sabiam disso, por isso os conflitos, as negociações, as solidariedades.

Fontes

Jornais

O Publicador Goyano

A Tribuna Livre

Referências Bibliográficas

BRITTO, Célia Coutinho de. **A Mulher, a História e Goiás**. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1974.

FERREIRA, Luiz Mateus da Silva. Concepções e objetivos da política imigratória brasileira, 1850-1889. **Diálogos**, Maringá, v. 26, n. 3, setembro-dezembro de 2022.

Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/60286/751375155581>.

Acesso em 19 de maio 2023.

HOLT, Thomas C. "Marking: Race, Race-making, and the Writing of History". **The American Historical Review**, v. 100, n. 1, fevereiro de 1995. Oxford University Press on behalf of the American Historical Association. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2167981>. Acesso em março de 2022.

LARINDO, Aparecida M. **José do Patrocínio Marques Tocantins (1844-1889): trajetória de um afrodescendente na província de Goiás no século XIX**. Goiânia: EFPH/PUC Goiás, 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em História).



LIMA, Ana Paula O. **Imprensa abolicionista e resistência negra em Goiás no século XIX**. Monografia de Graduação. Goiânia: CCHF/IFG, 2019. 85 f. Monografia (Graduação em História).

MAGALINSKI, Júlia Maria. **Imigração para Goiás – (1920-1952): política e prática**. Goiânia: UFG, 1987. 255 f. Dissertação (Mestrado em História).

MORAES, Maria Augusta. **História de uma oligarquia: os Bulhões**. Goiânia: Oriente, 1974.

NUNES, Barbosa. Loja Maçônica Azilo da Razão 0167. **Masonic.com.br**. Disponível em <https://www.masonic.com.br/lojas/0167.html> Acesso em 08 de maio 2023.

PINTO, Ana Flávia M. **De Pele Escura e Tinta Preta: a Imprensa Negra no Século XIX (1833-1899)**. Brasília: ICH/UnB, 2006. 197 f. Dissertação (Mestrado em História).

_____. **Fortes Laços em Linhas Rotas: Literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX**. Campinas: IFCH/Unicamp, 2014. 350 f. Tese (Doutorado em História).

RODRIGUES, Maria Augusta. **A Modinha em Vila Boa de Goiás**. Coleção Documentos Goianos. Goiânia: Editora da UFG, 1982.

SILVÉRIO, Ismael Rodrigues. **A trajetória artística de José do Patrocínio Marques Tocantins: um estudo sobre arte, etnia e poder na Cidade de Goiás entre 1844 a 1889**. Goiás: UEG, 2012. 73 f. Monografia (Graduação em História).

SOUZA, Felipe Azevedo e. **A participação política das classes populares em três movimentos, Recife (c. 1880 - c. 1900)**. Campinas: IFCH/Unicamp, 2018. 215 f. Tese (Doutorado em História).